TOMO

UMA REFLEXÃO SOBRE A AUTOFAGIA DO CONCERTO: TRADIÇÃO BRASILEIRA E SOCIEDADE-NAÇÃO*

*Edson Farias***

Por ser uma fórmula interpretativa, a teoria consiste no exercício de explicar determinado evento ou um processo pelo movimento no qual o decantar supõe a classificação e esta exige o conceito. Nesse sentido, a idéia de mestiçagem encerra o fio condutor de uma teoria do Brasil movida pelo empenho de fazer a síntese discursiva da formação nacional no conceito de equilíbrio de tensões entre o “novo” e o “tradicional”. Por exemplo. No recurso à metáfora etnológica, de acordo com o objetivo de conceber o traço diferencial da cultura e identidade nacionais, o escritor Oswald de Andrade apresenta por intermédio da atitude antropofágica do guerreiro “selvagem”, de deglutir seletivamente o outro, o empenho modernizador por parte do povo-nação brasileiro visando deixar claros os limites da sua singularidade, justamente acomodando a novidade (no caso, a modernidade urbana e a industrialização) à permanência da civilização tropical gerada nos tempos coloniais, na esteira do engendrar mútuo entre ibéricos, ameríndios e africanos – reconhecidos enquanto matrizes do ser social brasileiro.

* Trabalho apresentado na mesa redonda “A Cultura Brasileira em Contextos pós-nacionais”, no XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, CISO, ocorrido na Universidade Federal de Sergipe em agosto de 2003.

** Professor-Adjunto do Departamento de Sociologia e membro do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

Se a noção biológica de autofagia nomeia uma patologia caracterizada pela consumição de si por um corpo, não a tomamos com o propósito de descrever uma igual disfuncionalidade, só que deslocada para o âmbito social. O nosso argumento sobre a propensão autofágica é somente uma especulação a respeito das conseqüências sócio-históricas não programadas desse processo de formação de uma sociedade-nação no Brasil condensado na teoria da dinâmica das mesclas. Ou seja, é uma reflexão sobre os efeitos da coalizão do movimento modernizador cuja marca é o equilíbrio de disparidades de diversas ordens com a narrativa de uma tradição nacional fundada sobre a teoria das mestiçagens, dos contrastes compondo uma unidade. Vale ressaltar, então, que o foco do meu objetivo são os conflitos e remanejamentos que incidem nessa imagem mestiça de país a luz das repercussões sobre o tema da pobreza de alguns dos denominados processos e constelações pós-nacionais. Certamente se trata de um empréstimo feito junto às inferências de Habermas a respeito de tendências que ora colocam em xeque o “fechamento” geopolítico marcante dos Estados nacionais. Fechamento o qual, desde o século XVIII, galgou êxito em coordenar os agentes sociais a partir da formação de uma capacidade decisória visando uma coletividade galvanizada por uma identidade política abrangente (Habermas/2002, p. 111). Mas, a imagem que melhor se adequa a esses movimentos e situações contemporâneas encontramos em Manuel Castells, na figura de “redes de capital, produção, comunicação, crime, instituições internacionais, aparatos militares supranacionais, organizações não-governamentais, religiões transnacionais e movimentos de opinião pública” (Castells/1999, Vol. II, p. 353).

Coerente com o eixo da proposta, de início, procuro esboçar os suportes teóricos que aqui referendam as idéias de tradição nacional e da sociedade-nação. Em seguida explico como a teoria sobre a dinâmica da miscigenação ocupa um lugar importante na montagem e sedimentação de uma tradição brasileira, na medida em dialoga com os reordenamentos de natureza sócio-estruturais que envolveram as heterogeneidades sócio-simbólicas na constituição de uma identidade político-cultural abrangente no Brasil, na metade final do século XIX e sobretudo ao longo do século XX. E, ao mesmo tempo, detém as chaves

à compreensão dos dilemas em relação ao lugar do popular. Afinal a cultura popular foi alçada a nicho autêntico do povo-nação e sua primazia ontológica está referida à narrativa sobre o entrecruzamento das três matrizes étnico-raciais (índios, brancos e negros), a despeito das condições de disparidade de acesso a toda sorte de recursos de sobrevivência e de cidadania. Adiante volto à questão da tradição e sociedade nacionais, mas agora para sugerir como os legados de ambas estão atravessados pelos ingredientes das paisagens de poder contemporâneas.

Sociedade-Nação e Tradição Nacional

Sem dúvida o mais destacado nome na formulação de uma teoria do Brasil, Gilberto Freyre também é um dos que mais sublinharam o tema do equilíbrio de tensões, enquanto constitutivo do “unionismo” identitário nacional por entre tamanhas diversidades étnicas, geográficas, sócio-econômicas e regionais do país. Algo nítido, por exemplo, na seguinte passagem de *A interpretação do Brasil*, em que olhando a larga extensão do hábito carnavalesco no país atenta para a confraternização pelas misturas, a qual supõe um sagrado plano contínuo dos sentidos compartilhados na efervescência profana:

Há alguns anos sugeri uma caracterização psicossociológica de tipos regionais brasileiros que poderia ser baseada sobre os vários estilos de danças carnavalescas que existem no Brasil. O Carnaval é uma festa de que o povo do Brasil participa com grande entusiasmo, e dura três dias seguidos, durante os quais se dança nos clubes, nos teatros, nas praças e nas ruas. Em certas regiões, classes, raças, sexos e idades misturam-se de tal forma, com uma tão livre exuberância democrática e uma tal alegria de confraternização, que ninguém percebe até onde isso é pagão ou até onde tudo isso é liricamente cristão. O fato é que embora largamente pagão parece haver alguma coisa de cristão nessa exuberância e nessa alegria fraternal. (Gilberto Freyre/2001,p:182).

Poderíamos dizer que a tradição brasileira é este contexto interpretativo comum às práticas, das quais a folia carnavalesca con-

siste em um destacado e poderoso ritual. No entanto, falar a respeito de uma tradição brasileira nos leva a dois posicionamentos distintos, mesmo antagônicos. De um lado, teríamos um senso comum crédulo quanto à naturalidade deste arranjo narrativo sócio-nacional. Simetricamente do outro lado, está a celeuma suscitada em torno das identidades genéricas relativas à tendência para a homogeneização sócio-cultural que caracterizam as sociedades-nação. Principalmente, antropólogos e historiadores explicitam maior desconforto diante da existência dessas extensas “comunidades imaginadas” (Anderson/1989, p. 15-16); muitos, entre tais especialistas, indagam se totalizações fundadas na crença de uma fraternidade disposta a ver prevalecer o autodomínio dentro de suas fronteiras não esfumariam, com sua abrangência artificial, os deslocamentos decorrentes das táticas de diferenciação acionadas nas instâncias de classe e gênero ou, ainda, nos marcos étnicos e geracionais, os quais localizariam com maior precisão as confrontações e reciprocidades entre os agentes.

Por isso, em se tratando do Brasil, não poucos intérpretes se mostraram igualmente reticentes frente à possível efetividade de um apelo de pertencimento a tão heterogêneo e dispare conglomerado humano coabitante do território do Estado brasileiro. Com fito de ilustrar, apelo a um recente exemplo mas igualmente discutindo nação e carnaval. Ao concluir formidável estudo sobre a folia carioca no intervalo das décadas de 1880 a 1920, a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha ataca as formulações que insistem na fusão entre nacional e popular. De posse dos resultados de uma pesquisa motivada – justamente – pela busca do fremito das contradições de classe e dos conflitos étnicos na festa, seu alvo é a prerrogativa de uma cultura e de um *ethos* brasileiros “maior que as diferenças e as desigualdades, a de uma síntese cultural realizada no Carnaval e no samba como misturinha harmônica das diferenças empreendida por mediadores letrados e populares ou a da festejada vitória do autêntico Carnaval ‘popular’ e sua inquebrantável resistência à ordem dominante, que reitera nossas (vãs?) esperanças de futuro.” (Cunha/2001, p. 313). A ironia, que toma por jocosa a “misturinha harmônica”, de antemão, descarta a possibilidade de perguntas ainda incômodas tendo por objeto as conexões situadas na

contrapartida da eficácia da narrativa de uma tradição brasileira em delimitar imagens individuais e de grupos no Brasil.

Se em lugar de enfatizar a nação como uma ideologia ou mesmo um sistema cultural que determina os desempenhos, a tomarmos enquanto um fundo interpretativo inalienável da maneira como os valores que a compõem estão em concorrência com outros quadros de classificação pela coordenação das decisões individuais, talvez o que permanece em suspenso é a ambivalência do discurso nacional, na "dupla face" da sua linguagem articulando, no seu vocabulário, subordinação e dialogia, reprodução e criatividade, integração e fraturas (Bhabha/1990, p. 03). Aninhada no emaranhado discursivo e institucional em que se catalisam e re-elaboram significados concernentes às imagens ideais dos indivíduos e dos grupos, essa linguagem é veiculadora de um saber social que se inscreve nas sensibilidades e cujos gestos modelam a regularidade de atitudes memorizadas como categorias de entendimento e, assim, passam a circunscrever restrições e orientam os fatos humanos, tendo decisiva importância na sincronia das ações. O enlaçamento linguagem/pensamento/memória/gesto no decorrer do processo humano está, por outro lado, na contrapartida de lutas simbólicas disseminadas em conluio às condições sócio-materiais no seio das quais ocorrem os nexos entre os indivíduos e grupos na composição das sínteses que, historicamente, têm-se manifesto no formato de aldeias, cidades-estados, impérios, sociedades nacionais e outros.

Nas sociedades-nação o desenvolvimento das sínteses humanas que as possibilita detém a característica estrutural de compactar feixes humanos diversos a partir daquele mito de origem nacional que endossa o arbitrário da pátria como o "ventre comum". O Espaço sócio-simbólico inerente ao momento em que pessoas se autocompreenderem como descendentes de igual linhagem e ainda que está corresponda às mais diversas combinações étnico-históricas, tais unidades sociais não estão restritas a qualquer base consanguínea ou parental, senão à nacionalidade como instituto jurídico e simbólico de pertença (Weber/2000, p. 172-86). Caso bem sucedida, a eficácia desta elaboração sócio-simbólica, para a qual os grupos de *status* dos intelectuais detém crucial importância, repercutirá na

medida em que se tornem estáveis dispositivos de organização da vida favoráveis ao controle das atitudes, em se tratando da natureza desencaixada espaço-temporalmente das relações sociais. Isto porque aqueles estão dotados de suficiente presença no cotidiano para referendar estimas multilocalizadas, mas tendo por horizonte os limites geopolíticos do Estado nacional. Coordenação tendo por suporte o aparato do sistema político constituído por um corpo burocrático homogêneo situado em meio à exterioridade ao conjunto das forças sociais e, ao mesmo tempo, formado em sua natureza pública pelas extrações fiscais, materiais, ideativas realizadas junto às tantas facções privadas agora nacionalmente definidas.

Nesse sentido, a despeito de emular cada vez mais com alternativas de coordenação e integração dos sentimentos humanos, ainda assim a nação se mantém à maneira de uma bússola, um modo de orientação de muitos entre os sistemas de práticas humanas. Desconsiderar, então, a realidade do sentimento nacional relega aos umbrais a formação e distribuição dos recursos básicos às estratégias destinadas a corroborar significados reservados a sancionar parâmetros identitários. Em outras palavras, no curso avançado do processo de longa duração em que os grupos étnicos assumem lugar destacado na coordenação da vida humana, na expressão mesma do ventre originário (Smith/1986, p:06-18), a nação comparece enquanto modo prioritário de pertencimento coletivo e sugere os exercícios históricos de naturalização deste valor – o sentimento de pertencimento – e dos sistemas de crenças pertinentes. Logo, imergir na compreensão das reciprocidades e lutas inscritas na arquitetura de cosmologias integrativas de tamanha envergadura permite acessar aos mecanismos que prescrevem normatizações e têm relevo nos vários planos do jogo social, nos quais são demarcados lugares em obediência a critérios de hierarquização no bojo desses mesmos complexos sócio-humanos. Espaços sociais, além disso, onde são fixados horizontes a trajetórias individuais ou de grupos. Afinal, no rastro da implantação do sistema internacional fundado na soberania dos Estados (desde os Tratados de Westphalia), quando outorgados à maneira de “sentido-mãe” ou nichos genealógicos de linhagens parentais

difusas, é a partir dos respectivos contextos nacionais, textualmente expressos em variados símbolos, que os portadores das respectivas marcas nacionais negociam reconhecimento com seus entornos e postulam primazia para a noção de pessoa da qual são adeptos e se reconhecem exemplos.

Logo, para além do recorte historiográfico da “invenção” das tradições nacionais¹, retomar sociologicamente à problemática da nação como uma tradição é entendê-la como específico processo social caracterizado por um estágio de elevada integração dos aportes biopsíquicos humanos em teias intersubjetivas e sistêmicas. Considerando este desenvolvimento, portanto, no estudo da tendência à condução nacional das organizações coletivas humanas, em que se descortinam dispositivos de coordenação centrípeta das atitudes (Elias/1993, p. 97-107). Portanto, ao anotar a existência de determinada tradição nacional, se estar falando de continuidade e coesão inter-geracional psíquico-culturalmente estabelecida, mediante uma forma de reciprocidade que ajusta unidades de satisfação de distintos interesses humanos. Trata-se da tessitura de uma invariável coordenativa disposta na contrapartida de alterações de conteúdos implicados no tempo e no espaço, mas situada na motivação dos indivíduos, impelindo-os à tipicidade de uma interação, devido aos potenciais explicativos mobilizados na compreensão das inconstâncias, exatamente por implicar na definição de imagens de mundo. A nação consiste na formulação de entendimentos inscritos nos elementos de memória acionados nos discursos públicos, modulando as feições subjetivas devido às noções de pessoa e alteridades implicadas nos respectivos encadeamentos. A tradição é, assim, o horizonte normativo e cognoscitivo entretido nos en-

¹ Não resta dúvida sobre a urgência da tarefa do historiador. Destaca-se por abrir sendas à compreensão da – como o quer Hobsbawm – “invenção” da nação e as transformações ocorridas no percurso dessa invenção. Por deter uma larga experiência que o permite penetrar na artificialidade histórica dos móveis humanos, o historiador tem como oferecer instrumentos eficientes à indagação sobre as tantas combinações sociais que gestaram a nação e fizeram-na efetiva, seja como um fruto da modernidade ou decorrente de processos mais longevos (ver Greenfeld/1992, Hobsbawm/1989, Hroch/2000, Breuilly/2000, Smith/2000, Chiaramonte/2003 e Herzog/2003).

contros entre amigos e àqueles com inimigos, mediante a vigência de uma narrativa cujo foco é determinado evento elevado ao posto de lance instaurador e primordial da existência². Especificamente, se falo de uma grande tradição, estou fazendo referência ao centro ou aos centros societais designados simbolicamente pela autonomia em resolver situações de tensão vicejadas nas interações sociais, estabelecendo a partir dele (s) periferias sujeitas à reestruturação, conforme os cânones consagrados das “visões, concepções e regras autônomas” (Eisenstadt/1991, p. 51). O impulso inerente a essa relação sócio-discursiva é se auto-prorrogar como grande narrativa, pois reiterada, dará continuidade aos ditames do mito original, fornecendo imagens de mundo plausíveis, quando consideradas à luz das convicções que movem condutas no dia-a-dia.

Vejamos de modo mais detido esse argumento. De acordo com Ernesto Renan (1983), à existência de uma nação importa a memória daquilo que seus membros compartilham e deliberam como centrais ao pertencimento comum ao ente pátrio. Contudo, o próprio Renan adverte que, ainda mais relevante, é o montante esquecido pelos compatriotas de uma nação. Poderíamos concluir que a eficácia da crença nacional está justamente em, no corpo dos seus relatos, manter em suspenso essa ambigüidade estrutural da formação dos países e com isso favorecer deliberações plesbicitárias a favor da sua continuidade. Deste modo, há algo de mítico no entendimento da nação. De acordo com Lévi-Strauss (1985, p. 237-49), ao dizer respeito a uma fala tendo seu ponto de emanção em um instante originário, o mito corresponde a um esquema cognitivo apto a integrar acontecimentos passados, presente e futuros. E define-se espécie de contexto narrativo habilitado a estipular uma seqüência de posições complementares para termos, inicialmente, antagônicos até mesmo con-

² Tal imagem conceitual tem sintonia com a idéia contida na seguinte passagem de *Verdade e Método*, de Hans-Georg Gadamer: “O modo como vivenciamos uns aos outros, como vivenciamos as tradições históricas, as ocorrências naturais de nossa existência e do nosso mundo, é isso que forma um universo verdadeiramente hermenêutico, no qual estamos encerrados como entre barreiras intransponíveis, mas para o qual estamos abertos” (Gadamer/1997, p:35).

traditórios entre si. Encarada sob a ótica de um contexto mítico é possível vislumbrarmos a nação à maneira como é apreendida no cotidiano, ou seja, um ente, logo possuidora de independência em relação tanto à historicidade dos processos e mecanismos que a viabiliza quanto das disposições que afrontam sua existência e peregrinidade.

O tema da “descoberta” do Brasil é exemplar. No ano 2000, quando lançamos nosso olhar para o século XVI com a finalidade de celebrar o feito português, o fizemos motivados pelo credo na origem da pátria. A elaboração mítica está justamente nessa capacidade de fazer da história – da percepção da passagem do tempo – o álibi de uma temporalidade de permanências, espécie de grande narrativa. Afinal, de acordo com as indicações dos artífices responsáveis pela memória brasileira³, a nação já constituía o fundo e o contexto do ato seminal cabralino. Segundo a certidão de nascimento da pátria, a carta assinada por Pero Vaz de Caminha, a origem nacional se deu no contato dos forasteiros com os nativos pela comunhão festiva entre as “raças”, manifesta seja na troca de presentes entre nativos e portugueses seja durante a celebração da “primeira missa”⁴, envolta no cenário edênico da floresta virgem. Tudo posteriormente ocorrido apenas atualizaria o início que instaura o promissor destino brasileiro: seria aquele, portanto, o momento elementar, porque plasmou o eixo do grande encontro racial e da miscigenação

³ A memória da nação é devedora, em grande medida, dos artífices capacitados à tarefa de coordenar elementos heteróclitos, homogeneizando-os no curso narrativo da história nacional. No caso brasileiro, foi decisiva a contribuição da Escola histórica, cuja pena do seu epígono Adolfo de Varnhagen legou o modelo da história contada do ponto de vista institucional do Estado. Assim, faz da atuação portuguesa, civilizando a selvageria americana, graças a capacidade de sua composição “plástica” que teria favorecido as aproximações, a certeza quanto à continuidade entre o Brasil e o Velho Mundo europeu.

⁴ A Carta de Caminha é uma espécie de achado arqueológico para os historiadores da nação, já que seria o elo entre o pré e o pós-Brasil. Por isso mesmo torna-se alvo de interesse sócio-antropológico, porque a sua elevação ao *status* de objeto de culto, na segunda metade do século XIX, está relacionada tanto com a demarcação de uma esfera cultural laica quanto com os trânsitos entre os artífices desta com o aparato do Estado centralizado, formado na peculiaridade de brasileira de continuidade com uma dinastia real européia.

cultural⁵. Assim, a trama mítico-poética oferece o contexto nacional enquanto ventre de uma nacionalidade fraterna “musical e festiva”, no dizer do memorialista Alexandre José Moraes Mello Filho (1979), já no final do século XIX. Portentoso “caldeamento estético” – no rastro ainda de Mello Filho –, amalgamando uma polifonia de vozes amanhadas pela originária reciprocidade de raças e culturas, tradições e ímpetos, a cultura brasileira diria respeito ao exteriorizar mesmo do “espírito do povo”, dotado da vocação para a tolerância, em consonância com o ponto originário da nação.

Há algo, portanto, de contínuo entre essa concepção de Mello Filho e a do literato Jorge Amado, quando para identificar o Brasil o denomina de “O País do Carnaval”, e também com o antropólogo Roberto da Matta, que reconhece na mesma festa a concentração de traços diacríticos da nação, capacitando-a singular. Contudo, o mais importante entre os três é a semelhança do procedimento interpretativo, porque retém na carnalidade uma teoria e uma forma de pensar comunicando o país como um isolado cultural. A despeito de estarem dispostos em gerações distintas e ocupem posições diferentes na esfera cultural, eles sintetizam idéias, concepções, categorizações, enfim, modos vários de produzir e re-processar conhecimentos sobre o “eu-nós” brasileiro (essa confi-

⁵ Criado em 1839, visando formar quadros de historiadores no então jovem país soberano, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro promove em 1844 o concurso “Como Escrever a História do Brasil”, com o objetivo evidente de preencher a lacuna referente à memória brasileira. O vitorioso fora o viajante e naturalista alemão Karl von Martius. O mais interessante é que o seu trabalho assinala a configuração multirracial da sociedade em formação, na qual índios, brancos e negros – a seu ver, pelas mãos da “providência” – mesclavam-se semeando o futuro. Deixa assim patente a miscigenação como ingrediente cultural singular ao país e, portanto, exulta que se torne alvo da reflexão dos “historiadores” (Schwarcz/1985, p:52). Incentivo ainda com respaldo em épocas recentes. Por exemplo, com o propósito de reconstruir a maneira como a dinastia Garcia d’Ávila contribuiu para a “conquista” do sertão, para entender a diferença entre a colonização do Nordeste e do Centro-Sul do país, o historiador baiano Luiz Alberto Moniz Bandeira parte do mítico casal formado pelo colonizador português Diogo Álvares, o Caramuru, e a índia tupinambá batizada de Catarina Paraguaçu, personagens centrais do panteão dos heróis civilizadores que, pela miscigenação, dão origem à versão baiana do povo brasileiro (ver Bandeira/2000, p:17-62).

guração de autocompreensão e auto-imagem sócio-nacional) no emaranhado discursivo se estendendo até a divulgação cotidiana dos saberes nos gestos. Então, apesar de caricatural, a fantasia do “país do carnaval” guarda e potencializa um Brasil ideal – sonho-imagem do lugar extraordinário nos trópicos: quente, colorido, risonho, lúdico e sensual. No enquadramento das representações dessa teia de significados, o “gringo” é “sem cintura” diante da ambivalência plástica do brasileiro com tendência a acomodar-se às situações e, no entanto, evadir criativamente (ou malandramente) diante das determinações⁶.

Na mesma direção, nas três interpretações do Brasil citadas acima a adoção generalizada do modelo de conduta carnavalesca disporia os brasileiros a se estimarem em razão do pertencimento a tal recipiente moral e ingressarem em um estatuto classificatório das práticas e usos do corpo, para o qual importa, no limite, a propensão para o transigir. Imagem do “eu-nós” nacional disposta em reciprocidade com o sonho-imagem daquela sociedade deitada sobre o berço esplendido na sua exuberância continental, onde os contatos interclassistas, sobretudo as relações interétnicas, seriam mais flexíveis e acomodadas numa espécie de família extensa, hierárquica, mesmo contrastiva, porém generosa, dada aos mestiçamentos e portadora da capacidade de assimilar valores e éticas disparatadas entre si, mesclando e tornando junto para hierarquizar pessoas e grupos (Da Matta/1997, p. 108).

A luz desse curso em que foi desenhada a tradição brasileira, podemos reconhecer perspicácia na contribuição interpretativa de

⁶ Não apenas naquelas dimensões do lazer e do ócio, já reconhecidas como afáveis ao “espírito” brasileiro, despontam atitudes afinadas com o nosso “jeitinho”. Recentemente, no corpo de uma reportagem, a ironia de um publicitário resgatou a equívoca frase, já atribuída a Charles de Gaulle – “o Brasil não é um país sério” –, para realçar a habilidade brasileira em subverter códigos e assim driblar dificuldades: “Não fossemos assim, com todas as dificuldades, não teríamos construído nada.” No caso em pauta, o debate gira em torno de como incrementar o consumo em meio aos baixos rendimentos de ampla parcela da população. O arremate do publicitário vai justamente fazer coro com nosso “estilo tropical” de desleixadamente tirar partido das vicissitudes do instante, enfim do modelo lúdico de conduta: “O Brasil tem uma cultura tropical, desordenada, bem-humorada e que se não funcionar nesse modelo, às vezes caótico, não funciona.” (Balanço Anual, Gazeta Mercantil/ Julho de 2001, p:194).

Roberto da Matta à caracterização híbrida e relacional da teoria do Brasil. O traço elucidativo da sua proposta está exatamente em compreender o “dilema brasileiro”, ou seja, o perfil de uma sociedade periférica no concerto do capitalismo mundial, onde se chocariam, no plano das representações, uma racionalidade burguesa com um conjunto de valores enraizados na tradição, na rotina personalista de um sistema social no qual mutuamente fustigam valores “holísticos” e “individualistas”. Trata-se, no esquema do autor, a sociedade brasileira de um esqueleto hierárquico, cuja sistemática adota o postulado do “cada um no seu lugar”, logo demonstra ojeriza à discórdia e opera no paradoxo de amalgamar de modo tenso o universal e o cordial. Sociedade que adota explicitamente o inclusivo, entretanto retém de mancira sorrateira o exclusivismo. Fundada na intimidade social, sua lógica hierárquica confere ênfase à tonalidade pessoal e à moralidade, para daí inibir sejam conflitos seja o propagar de um sistema de diferenciação social fundado no político e no econômico. A eficácia do sistema estaria na grade classificatória tendo por base múltiplos eixos: não apenas compensação e complementaridade, porque igualmente permite a diferenciação contínua e sistêmica dos iguais (Da Matta/1997, p. 179-248). Os vários eixos de inserção hierárquica consistem, portanto, na força exponencial ao dimensionamento daqueles recipientes coletivos vocacionados a correlacionar aportes simbólicos e materiais não apenas distintos, mas opositivos entre si, fazendo-os mutuamente complementares. Como, ainda, observa Roberto da Matta, este seria o procedimento da carnavalização em uma sociedade hierárquica: “As distâncias são eliminadas precisamente porque o mundo está de cabeça para baixo, perdendo temporariamente os seus centros regulares de poder e hierarquização.” (Da Matta/2000, p. 109).

Alguns intérpretes já demonstraram a fragilidade contida nessa premissa sobre a aproximação pelo investimento nas zonas intersticiais de contatos vários. Eles apontaram como a existência dessas zonas não é umbilical à tese da diluição, mesmo momentânea, dos “centros regulares de poder” na ocasião carnavalizada (Queiroz/1992, p. 20-23). Acompanhando Turner (1982, p. 16), diria que o ritual festivo, por

exemplo, pode condensar e celebrar os ternos essenciais da nação — enquanto narrativa e contexto mítico —, reanimando os esquemas de poder, no instante em que atualiza o mesmo valor central na comunhão com as práticas que vivificam a dinâmica das mesclas básica à grande tradição brasileira, fundada sobre um modelo de reciprocidade implicado no ideário da miscigenação. O esquecimento da temporalidade, porém, consiste no imperdoável pecado da interpretação de Matta. Além de petrificar o modelo relacional de coordenação das relações sociais, isola-o no tempo e no espaço e cala sobre as vicissitudes dos intercâmbios inter-regionais, internacionais e transnacionais. Quer dizer, o autor negligencia outras modalidades de horizontes interpretativos que desafiam ou pactuam, mesmo impõem limites e até alucinam, pontualmente, o esquema predominante, por ora sem suprimir ou superar totalmente a centralidade da grande tradição nacional.

É o propósito deste artigo justamente chamar atenção para tais concorrências, considerando alterações articulando a redefinição da imagem da pobreza no Brasil com atravessamentos referidos aos processos pós-nacionais. Porém, é preciso atentar como a própria composição da tradição brasileira porta uma imagem ambivalente da pobreza, no que diz respeito ao lugar da cultura popular. Pontuar essa dubiedade é importante para o que estou chamando de autofagia, pois entendo que a contra face do andamento em que a pobreza é reconhecida como fonte das expressões incontestáveis à propensão a tolerância e a fraternidade revela o modo como determinados mecanismos e episódios constituintes da sociedade-nação brasileira deixaram muitos dos agentes mais sujeitos à vulnerabilidade em situação de relativa proximidade com elementos capazes de problematizar o próprio sentido do Estado-nação subjacente à auto-imagem do país mestiço.

Deste modo, concebemos que estão nas acomodações e reposições internas às interdependências humanas, em meio às quais são tecidas às sociedades, as próprias fontes das interpretações e classificações que dão fisionomia as relações sociais. Ao mesmo tempo, sabemos que em concertos com elevado grau de diferenciação social poucos indivíduos, seletivamente situados no complexo da divisão das fun-

ções e do trabalho, são reconhecidos como aptos às interpretações abrangentes e a eficácia das suas elaborações participam das lutas em torno da capacidade de imputar o sentido legítimo ao conjunto, o qual é fruto do modo mesmo como determinado leque de práticas políticas, artístico-intelectuais, econômicas e outras se efetiva como modelos e fatores de coordenação das demais práticas, sagrando-se um ordenamento.

Ora, caso historiarmos a estruturação das relações sociais no Brasil, ganhará evidência que a personalidade do povo-nação e o sonho-imagem da sociedade-nação brasileira estiveram, no encadeamento de estágios da formação nacional, como um conhecimento social incorporado por intermédio de um repertório elástico de imagens conceituais, poéticas e de demais gêneros num fluxo intertextual sobre um país. Neste, as desigualdades étnico-raciais e socioeconômicas, conjugadas às discrepâncias regionais, competeram à armação de uma pungente infra-estrutura urbano-industrial e de serviços, que deitou raízes sobre o território pátrio e cujas dinâmicas modernizadoras esposaram os contrastes e dubiedades. Serão estas as materialidades e os remanejamentos que participam das muitas re-invenções desta tradição miscigenada brasileira, carnavalesca e barroca, autoritária mas sinuosa, colonial e contemporânea. Ou ainda, indo do “asfalto” ao “morro”, da “cidade” ao “sertão”, do “litoral” ao “interior”, do “Sul” ao “Norte”; desmentido a dualidade no mesmo diapasão que a enfatizava na sincronia entre os grupos e classes sociais, postos cada vez mais em graus elevados de mútua dependência. Se está a tradição brasileira na contrapartida da implantação do estatuto competitivo mas pacífico das classes sociais, e é devedora das atividades artístico-intelectuais de artífices comprometidos com a idéia de Brasil, igualmente permaneceu complementar às razões patrimoniais e suas práticas comensais, mandonismos e dos códigos de honra fundados no apelo à brutalidade, entre outras anagramas da sociedade fechada do antigo regime, de acordo com as condições impostas à integração num contexto hierárquico e personalista, sedimentado desde a organização patriarcal-escravocrata dominante na Colônia e cuja herança consiste no propelar à desigualdade como norma tácita de convivência.

O Popular: Produto Dúbio da Cultura Brasileira

Sob esse aspecto, poderíamos outra vez acessar à definição da tradição nacional pelo signo de uma sedimentação, na qual a própria epopéia com seus episódios heróicos secreta, no acúmulo das camadas dando sustentação à geometria específica das forças equilibradas em sua arquitetura, as tantas vozes caladas no decurso mesmo do afirmar contínuo da sociedade-nação. Afinal, o prevalecer da imputação do sentido nacional tem seu ponto de apoio no modelo organizativo do Estado-nação e este afaga a modalidade étnica de territorialidade como emblema de um estilo de vida comum e singular embasado no primado de autonomia de um povo de cidadãos iguais, representado pela soberania do mesmo Estado centralizado. Em última instância, a crença nacional é tributária de uma violência simbólica cujo sustentáculo último é a coerção física concentrada no braço armado do ordenamento estatal. O elemento ímpar do Estado-nação, portanto, é o tipo de teoria do poder que dele decorre, isto é, a definição de uma esfera política emancipada e apta, não apenas como unidade de ataque e defesa, mas à regulação pacificada dos conflitos instaurados na dimensão civil das relações sociais, graças à centralização das decisões fundada na premissa de uma universalidade — no caso, dimensionada pela “comunidade nacional”. O consenso elementar à sociedade-nação corresponde à potencialidade desta em integrar à sua gramática moral, no exercício de fundar uma civilização própria, os vários sistemas de artes que são re-semantizados como representativos da grande tradição pátria. Porém, o amálgama é consequência de ações nacionalizadoras realizadas por intermédio da combinação entre língua e educação. Como sintetiza Marcel Mauss, a “nação cria a raça e, por isso, se crer que a raça cria a nação”⁷. O problema consiste em compreender quais critérios responde à criação da nação e como eles são estabelecidos.

⁷ Mauss elucida os contornos do concerto nacional: “Uma nação completa é uma sociedade integrada suficientemente, com um poder central democrático em algum grau e possuindo em todos os casos a noção de soberania nacional e cujas fronteiras, em geral, são as de uma raça, de uma civilização, de uma língua, de uma moral, em uma palavra, as fronteiras de um caráter nacional”.

Ora se os extratos da narrativa nacional são igualmente expressões de múltiplas vozes silenciadas na medida mesma em que passam a compor o hino em uníssono da nação, valendo-me de uma imagem de Walter Benjamin, o demiurgo mítico-narrativo da miscigenação, enquanto pedra-de-toque da grande tradição brasileira, à maneira de Juno, tem por face, também, as mazelas que compõe o fundo do mais polido entre os seus documentos de cultura. Qual seja, a sistemática de práticas embutidas na figuração da cultura popular como um ente lúdico carnavalesco, palco e teor do drama do autêntico “espírito do povo-nação”, vimos, sublinhado por Mello Filho, Gilberto Freyre, Jorge Amado e Roberto da Matta. Sem entrar no varejo da longa duração de montagem desta convicção que toma por fatalidade ver no popular o verdadeiro ninho da formação nacional nesse país, em linhas gerais poderíamos supor que a confluência resulta, enquanto vicissitude, das alternativas postas na elaboração da idéia de Brasil, competindo entre si com vistas a informar a compreensão social, através do tipo de opinião pública nacionalista propagada e isto atuando sobre a formatação das existências individuais; tornando-as reconhecíveis uma as outras.

Tessitura sócio-simbólica historicamente simultânea ao ingresso de parcelas dos setores dominantes brasileiros nas interdependências mundiais do capital e do sistema interestatal. E assim, aqueles segmentos se tornaram ductos pelos quais as lógicas desenvolvimentistas da modernidade (capitalismo e industrialismo) se farão cada vez mais fundamentais no cotidiano do país, na medida mesma em que a lógica da coordenação geopolítica do Estado centralizado logra expansão. A formulação de uma teoria do Brasil, e nela ressaltadas as marcas de origem da nação, logo, é o anverso do conjunto dos impasses que enfrenta as mais diversas facções de poder no compassado da definição do interno, no mesmo instante em que se há de atender o sistema internacional como um imperativo de modernização. O outro lado, portanto, do distanciamento do Brasil daquele modelo que o subordinava à mediação portuguesa, quando se tratava da incorporação do país na história mundial, estabelece a reivindicação da ruptura com o passado colonial disseminado crescentemente por conjuntos mais amplos a partir de frações das elites nativas, mas enraíza o desejo de

modernidade como uma dubiedade em que a busca do próprio está na contrapartida de assimilar padrões de uma civilidade cosmopolita comprometida com os cânones do Ocidente europeu dominante no sistema interestatal, no escopo do qual o Brasil se insere uma vez mais subalternamente. Pressão acentuada com a ascendente hegemonia dos Estados Unidos, no decorrer do último século, já que os postulados modernizadores advogados pelo encadeamento geracional das mesmas elites irão incorporar tanto o princípio de autodeterminação dos povos e de atenção ao direito do homem comum, sobretudo no que concerne ao bem-estar material, quanto depositaram ênfase no projeto nacional-modernizador embasado no patrimônio continental natural-cultural interno a ser manipulado com o fito de cumprir a promessa de desenvolvimento industrial.

O deslocamento do domínio dinástico-aristocrático calcado no escravismo capitalista para o imperativo da maquinaria como agente histórico-transformador do processo produtivo no país, de fato, implicou a idéia de Brasil na marcha inexorável da modernização. Tratou-se de, em um mesmo diapasão, engendrar a situação nativa por dois condicionantes não necessariamente amistosos entre si. De um lado, remanejaram-se tempos e espaços, re-configurando-os pela lógica monetário-financeira do capital inscrita no tempo abstrato-universal. Entretanto, de outro, tal processo esteve sintonizado com centralização estatal na condução nacional das relações sócio-humanas e as razões estatais se mantinham íntimas a valores e interesses concentrados no legado do período colonial. Por estar trespassada por essa memória, a demanda de legitimidade dos novos eixos de dominação e coordenação político-administrativa de características urbanas dispõe uma outra ambivalência relativa à distinção entre tradição e moderno. Desde então, o desafio da formação povo-nação faz contracenar o ideal jurídico-normativo de uma comunidade de iguais e a evocação de fontes de reconhecimento tomadas de empréstimo aos valores inseridos nas sociabilidades legadas da estrutura patriarcal-escravocrata.

Fizera-se cada vez mais urgente articular conjuntos numéricos majoritários aos quadros ideativos afinados com as elites modernizadoras, para consolidar um pacto de governança capaz de as-

segurar o predomínio da soberania estatal. E, por esse caminho, houve certo impulso em dar maior alcance ao Estado democrático de direito, o que exigira ir ao encontro de uma noção de povo-cidadão, consignatório do consenso nacional. As lacunas políticas do consenso foram paulatinamente preenchidas pelos recursos simbólico-ideológicos com a costura proporcionada pela idéia de cultura brasileira, no ajuste entre elites intelectuais e lideranças políticas, com o aumento da diferenciação entre as respectivas esferas e com alterações na materialidade propiciadas pelo incremento do processo urbano-industrial. Enquanto um modo de ser dotado de estilo próprio de estar no mundo, a noção de cultura brasileira resgatou do imaginário romântico o ideário em torno da organicidade moral territorialmente situada, visando habilitar a autoridade político-cultural definir uma identidade homogênea, opondo o interno ao exterior. A unidade pretendida exigia ontologia e cosmologia singulares a ela para assegurar a coerência grupal a partir de uma imagem de mundo brasileira. Na sua composição, será o heterogêneo universo dos hábitos e costumes populares apreendido como candinho das misturas de onde emanaria o padrão de comportamento hábil em mestiçar, essencial, porque autêntico, do país tropical, esboçado no limiar do século XX, principalmente pelas intervenções das facções artísticas e intelectuais do modernismo. O encontro de arquitetos, literatos, artistas, poetas, historiadores e cientistas sociais com nichos étnicos, agora reconhecidos enquanto apelos protonacionais, folclóricos, tornar-se-á o caminho pelo qual a valorização positiva das “práticas do povo” as comprometerá com o Estado, compondo o patrimônio nacional – aquelas se viram elevadas ao *status* de “marcas registradas do Brasil” (Gomes/1999,p.18-31; Santiago/2002,p.86-87). Concomitantemente, porém, identificadas ao espólio colonial e à tradição (compreendida como resquício do passado), facetas étnico-históricas amplas da população foram re-significadas como signos do “atraso” a ser extirpado por obras das interpelações racionais modernizadoras, mas contando com a total cômivência da brutalidade explícita da violência estatal – a campanha de Canudos é o seu ritual iniciático e os seus ícones atuais são as “batidas” policiais às áreas pobres das grandes cidades. Se a concepção de povo igualmente adquire o caráter de plebe ignara, a qualificação do popular

(enquanto taxionomia e tradição) esteve, desde o início, engendradora pela ambigüidade entre a celebração e o estigma.

O traçado da ambigüidade se revela na unidade resultante da racionalização dos conjuntos imperiais ultramarinos – realizadas pelas reformas administrativo-militares na Ibéria do século XVIII, sob pressão dos deslocamentos no sistema europeu de Estados. Daí derivaram as bases para a organização do Estado imperial brasileiro, posto em relação tensa e complementar com toda uma gama de poderes agora tornados locais e regionais (detentores de critérios próprios de justiça) e enraizados desde os primórdios da colonização na propriedade fundiária e na implementação do regime escravista (Costa/1996 e Jancsó/1996). A sistemática decorrente definiu uma fórmula de identidade política na qual a raça e a cor se tornaram sinais diacríticos e estruturantes da condição social, circunscrevendo o campo da prática decisória pela discrepância entre a sujeição sem alternativas e o comando inquestionável. Então, na medida em que os quadros agenciadores da modernização deflagrada contracenaram com o mesmo estatuto hierárquico ancorado na posse da terra, no tráfico humano e na escravidão, o Estado nacional esteve sintonizado com a prerrogativa da violência privada exercida pelas muitas versões de senhores e com algumas das práticas patrimoniais, à maneira da fidelidade e a distribuição de prebendas, cujas vigências residiram na existência de éticas diversas e incomensuráveis entre si no conjunto do país. As premissas de um Estado de direito e da comunidade de iguais, como também dos procedimentos da justiça pública, do mercado e do trabalho livre, foram admitidas em uma correlação dúbia com a ossatura sócio-simbólica forjada em consonância com a mola do comércio escravo e à economia agro-exportadora.

Na contrapartida da trama discursiva tecendo o sonho-imagem da nação acomodando contrastes, mediante o equilíbrio tenso de divergências interno à dinâmica da miscigenação, está esse concurso entre grupos humanos acomodados na comunidade-nação em compartimentos referidos ao primado moral da hierarquia herdado da fase colonial e do Império. Não se trata a narrativa sobre as mesclas (e as linguagens que com ela se definem) de mera continuação dos traços familiar-patrimoniais do iberismo traslado pelo colonizador, nem tampouco com-

preende marca da ruptura drástica realizada pela modernidade periférica instaurada nos trópicos - como defende Jessé Souza⁸. Semelhante a emergência de uma estrutura urbano-industrial e de serviços, a confluência de fatores que dá forma ao senso de unidade sócio-simbólica no Brasil foi gerada e mesmo teve nos suportes do modelo patriarcal-escravista o seu ponto de implementação. Mas, fazendo-se parceira da divisão topológica dos eixos dominantes e subalternos da sociedade-nação brasileira, a dinâmica sócio-discursiva das mesclas em planos vários atravessou e contribuiu para fazer convergir nichos sócio-regionais e étnico-culturais equidistantes durante os períodos da colonização. Nessa condução, a narrativa nacional penetrou os estágios históricos e às áreas sociais, mas coerente com o mesmo estatuto da desigualdade interferindo na distribuição dos recursos. Logo, a epopéia das mesclas corroborou a reprodução da classificação e posicionamento dos agrupamentos, embora os apresente juntos, compartilhando de igual senso de pertencimento comum, expresso na adoção de esquemas cognitivos e de similares domínios de memórias. Os últimos, por sua vez, ao prescreverem o acervo de símbolos em que estão sintetizados os conhecimentos intergeracionalmente elaborados e transmitidos no discurso público, incidem na opção pelo uso de semânticas integradas ao horizonte hermenêutico nacional e, portanto, tais empregos nas modalidades diversas de expressão e comunicação têm repercussão no estabelecimento de uma rotina em cujo ritmo as heterogeneidades são até certo ponto equalizadas. Afinal, desde já a nação ultrapassa a condição de um sistema de idéias e crenças, incorporando-se nos exercícios de autocontrole

Para esse autor a "(...) a naturalização da desigualdade social de países periféricos de modernização recente como o Brasil pode ser mais adequadamente percebida como consequência, não a partir de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que toma o país paulatinamente a partir de inícios do século XIX. Nesse sentido, meu argumento implica que nossa desigualdade e sua naturalização na vida cotidiana é moderna, posto que vinculada a eficácia de valores e instituições modernas com base em sua bem-sucedida importação 'de fora para dentro'. Assim, ao contrário de ser personalista, ele retira sua eficácia da 'impessoalidade' típica dos valores e instituições modernas. É isso que a faz tão opaca e de tão difícil percepção na vida cotidiana." (Souza/2003,p.17).

dos indivíduos, participando decididamente da maneira como se farão inteligíveis e irão negociar reconhecimento como pessoas à luz da cosmologia nacional e, também, por intermédio da aplicação dos seus valores⁹.

Por outro lado, não resta dúvida de que o feixe das modernizações no país também solapa os fundamentos utópicos e normativos do mito de origem nacional, enquanto fundado no enlace entre iguais de acordo com a teoria da dinâmica das mesclas. E, por tabela, ajuda a preparar o terreno para outras narrativas questionarem o consenso da nação. Isto porque as formações institucionais consagradas pelo estatuto de poder consolidado no país embutiram seus critérios, preliminarmente, em qualquer zona de exposição impessoal de enfrentamentos. Daí resulta que o modo de coordenação das relações sociais definido pelo equilíbrio de antagonismo age seletivamente na integração de contingentes humanos nos canais de mobilidade social e, portanto, delineia uma arena invisível entre os que pleiteiam visibilidade. Arena perpendicular à manta dos poderes formal-estatais, estando a cargo das instâncias intermediárias com seus padrões específicos de seleção, mas considerado como algumas facções monopolizam ou compõem oligarquias em torno do acesso aos mecanismos de retenção do produto coletivo e imprimem suas marcas de dominação. No último século, tantos foram os exemplos de como esses mecanismos procederam na inclusão e exclusão de representações das distintas, concorrentes e conflituosas demandas de segmentos heterogêneos no arranjo da sociedade nacional com o

⁹ Se é preciso relativizar a eficácia de mecanismos como a educação formal e mesmo associações civis diversas, a exemplo das político-partidárias, tanto na propagação como em fazer penetrar as várias experiências pelos imperativos civilizacionais referidos à nação, no Brasil, concomitantemente se faz urgente rastrear não apenas a razão do alcance tímido de tais instituições na moldagem dos agentes sociais no país; torna-se imperativo compreender os percursos e os canais por intermédio dos quais a nação enquanto quadro de valores perpassou os cotidianos. Há a suspeita do importante papel exercido (embora não exclusivo) nessa mesma direção por instituições e sistemas de práticas lúdico-artísticas populares. Entretanto, em larga medida uma agenda de pesquisa permanece em aberta, tendo por pauta os modos efetivos de atuação desses dispositivos, considerando contextos sócio-históricos, mediações, propriedades formais, como igualmente as repercussões, extensão e natureza dos efeitos.

predomínio das massas urbanas como fator cultural e político. A função de coordenação exercida pelo Estado fundamentalmente implicou no esforço de homogeneizar tais demandas, modulando-as aos valores que informaram os interesses das forças pactuadas na assistência ao poder legal e, logo, favorecidas devido à mesma proximidade (Ferreira/2001,p. 59-124).

Nesse sentido, o elemento notável ao tipo de resolução dos conflitos adotada entre os segmentos mais diretamente envolvidos com o projeto nacional desenvolvimentista se deu com o advento do Estado assistencialista no período de exceção do governo Vargas e nas versões que adquiriu durante a fase democrática, nos governos da ditadura militar e mesmo na etapa inicial da redemocratização, na metade final da última década de oitenta. Nesse ínterim, a propensão foi para o tratamento polar e assimétrico dispensando pelas burocracias estatais. De um lado, estava o atendimento seletivo por graus de hierarquias aos apelos de corporações constituídas por facções cujas elites das respectivas associações de classe (empresariais, de oligarquias baseadas na agricultura para exportação e mesmo lideranças sindicais operárias e de outros grupos de assalariados urbanos) obtinham ressonância via agências formadoras da opinião pública ou no acesso direto ao coração do poder governamental. De outro, as seções da população de classificação difusa, para as quais predominava, sobretudo, as saídas filantrópicas. Re-estabelecia-se, com isto, a já anotada reciprocidade entre Estado central e formas particularistas de gestão das relações sociais. Na era republicana, as correias de transmissão clientelísticas são autoridades executivas e legislativas, mas em alguns casos judiciárias, aneladas em suas respectivas envergaduras locais, estaduais e federais (Avelino Filho/1994,p.225-40).

Imagens da Pobreza em Outras Paisagens de Poder

Ao longo deste texto procurei chamar atenção para a maneira como a montagem de uma tradição nacional, sintetizada na teoria da dinâmica das mesclas, contracenou com as etapas de estruturação da sociedade-nação. Mais ainda, nossa exposição priorizou a dubiedade no tra-

tamento da cultura popular e das facções pobres como um produto notável dessa combinação. Digno de nota porque o entendemos como o esteio sob o qual ganham maior nitidez os ajustes de práticas identificadas a muitos entre os grupos populares em paisagens de poder hoje reconhecidas como feições da globalização. Ao final desta argumentação nos interessa apenas por em relevo alguns desses traços das imagens da pobreza e como desvelam na sua aparência deslocamentos que estão, a um só tempo, na continuidade do processo de formação nacional e a deixam em xeque. A esse respeito, vale a pena retomar a relação entre Estado, sociedade e pobreza no país, mas agora levando em conta os engates que ora pressionam as funções e mesmo todo o esquema da ordenação estatal.

A ruptura com o modelo assistencialista se dará em meio à crise fiscal enfrentada pelo Estado também nos últimos anos oitenta, mas aprofundado na administração Fernando Henrique Cardoso; momento em que os efeitos combinados do endividamento externo com a espiral inflacionária são manifestos nas sucessivas alterações no regime cambial e na geração de desconfiças por parte de credores internos e externos quanto à capacidade do governo em cumprir as regras contratuais, no que tange à dívida pública. Na escalada de tais impasses, o governo central adota o receituário obediente aos princípios da desregulamentação, austeridade fiscal, câmbio flutuante, liberação financeira e comercial impressas nas cláusulas dos empréstimos e financiamentos feitos junto ao FMI e Banco Mundial; requisitos comprometidos com a arquitetura normativa liberal interna à nova agenda para o crescimento econômico, a qual deveria está afinada com o sistema financeiro transnacional. O desmonte dos dispositivos cartoriais no Brasil e o caminho tomado pelo atendimento filantrópico com o recuo do Estado, no momento em que delega às organizações não-governamentais definidas pela solidariedade à prestação de assistência aos mais vitimados pela injustiça distributiva e impedidos ao acesso aos direitos de cidadania, no período compreendido pelos últimos anos noventa, assinala da mesma maneira a ruína dos anteparos que deram suportes institucionais à proposta de uma identidade política abrangente afiançada pelo ordenamento político central. E um dos resultados da adoção des-

sas medidas para tornar o país apto em sua pretensão de ingressar na órbita global, foram as cores mais dramáticas da vulnerabilidade social, reveladas no desemprego estrutural provocado principalmente pela junção da re-estruturação produtiva com a desregulação do mercado de trabalho (Cardoso Jr./2001,p. 31-59; Panfichi e Chirinos/2002,p. 302-03). Tal lacuna de regulação deixada é cada vez mais preenchida por uma diversidade de soluções relacionadas de maneira variada com a amplitude do mercado capitalista no conjunto do país¹⁰.

No rastro de um e outro aspecto se constata além da falência dos mecanismos de resoluções de conflitos vigentes ao longo do último século, o esfalecer da utopia subjacente à promessa contida no projeto de desenvolvimento nacional. Diluem-se nas reorientações em curso nas próprias funções estatais para fazer frente ao tipo equilíbrio de poder mundial ascendente, as diretrizes da filosofia da história rezando que o acesso à "boa vida", enquanto autonomia diante das contingências por intermédio da universalização do direito ao trabalho, estava subordinada à emancipação do Estado-nação industrial, no devir de um estágio em que a homogeneidade desfaria os contrastes entre a pobreza e a

¹⁰ A indústria responde agora por menos de 13% da mão-de-obra empregada no setor regulamentado da economia, em razão da inversão da prioridade da produção do mercado interno para o mercado externo. Devido à pressão dos graus exacerbados de competitividade em nível global, o setor manufatureiro efetivou a eliminação de um milhão de empregos, entre 1980 e 1990 (Pochmann/2002,p:55-56). Na contrapartida, a categoria de serviços ascende em igual período. Acompanhando uma tendência já em andamento nas economias capitalistas centrais, no país o setor de serviços que, em 1940, abrigava 20,05% dos trabalhadores, passou a deter 59,5% na última década de noventa. O redirecionamento de parcelas tão consideráveis do conjunto de trabalhadores para o setor de serviços teve por faceta a inserção da mão-de-obra na dimensão informal da economia, seja em razão dos percalços fiscais do Estado nacional e/ou devido às novas exigências de flexibilização estrutural à regulação do capital na atualidade. De acordo com o IBGE, durante os anos noventa o trabalho informal aumentou em 22% e os números de trabalhadores sem carteira assinada elevou-se em 27%. Nesse movimento, enquanto o mercado formal encolhe de 56% para 44%, indo dos 44% entre 1985 e 1998, o mercado informal absorve crescentemente força de trabalho, indo de 44% para 54% na mesma época. Se, portanto, dos 72 milhões de brasileiros empregados em 1999, apenas 26 milhões possuíam carteira assinada, na outra ponta do processo, 70% dos postos de trabalho criados foram no mercado desregulamentado.

riqueza. A novidade contemporânea é a subsunção do princípio da soberania em favor da inserção diferenciada dos países nas redes compostas pelos fluxos lancinantes do capital, em sua fase especulativo-financeira (Arrighi e Silver/2001).

Indo mais adiante em deslocamentos de igual tendência, podemos intuir o que seus efeitos revelam de alterações na distribuição de recursos vários na moldagem dos grupos sociais na contemporaneidade e no desenho de novas paisagens de poder. Ainda não são muitos os trabalhos que declinaram sobre essa tendência sócio-estrutural em encaminhamento no Brasil, desafiados pela tarefa de concatenar o olhar etnográfico a aportes macrossociológicos. Um exemplo a destacar é a tese Wagner Iglecias. Com o intento de apreender os impactos da mundialização do capital sobre as condições da metrópole paulistana, o autor oferece pistas sugestivas a respeito da nova equação que se impõem às relações sociais no país. Palco incontestável das principais confluências de um modelo informacional econômico, entre nós, do capitalismo transnacionalizado, São Paulo vai deixando para trás as marcas da cidade industrial para ostentar os signos de uma economia devotada ao desempenho de funções. Nesse sítio, localiza-se a principal infraestrutura de telecomunicação e também a “melhor rede serviços corporativos de apoio às atividades de gestão do grande capital (hotéis, centros de convenções, shopping-centers, restaurantes, espaços culturais e lazer, etc.)” (Iglecias/2002, p. 47-48).

Tal concentração espacial em São Paulo e, aí, numa porção da cidade, define, para o autor, uma propriedade contemporânea em que os fluxos da economia-mundo capitalista ativam centros urbanos desnacionalizados ou mundializados, formando um sistema urbano mundial comprometido com a organização e otimização das funções de valorização do capital em patamar global. Definidas enquanto cidades “pós-fordista”, nelas predomínio do setor de serviços está aliado ao emprego tecnológico avançado no processo produtivo. No seu argumento, essas cidades conectadas aos fluxos globais se notabilizam pela cisão estrutural que as transformam em espaços abissais: o contraste extraordinário proveniente da proximidade da sofisticação à miséria em dose cavalgar daria o tom desses contextos urbanos.

São Paulo se faz exemplar dessa tendência das cidades globais, assegura Iglecias, pela inusitada localização geográfica que dispôs frente a frente tal polaridade, tendo como divisor as águas do rio Pinheiros, paralelo às pistas da avenida que o margeia. Aí, de um lado, a mais dinâmica região terciária da América Latina, nucleada pela Avenida Berrini; de outro, as favelas do Real Parque e da Penha. Na etnografia realizada, o sociólogo detecta no discurso daquele situados, respectivamente, em cada um dos lados, a total ignorância mútua, o que evidência a fragmentação que se sedimenta e obstaculariza projetos político-sociais abrangentes, como aquele incluso no ideário da identidade nacional.

Se for plausível a correlação entre intensificação do empobrecimento e a constituição dos lugares-fluxos, das paisagens de poder contemporâneas, com efeitos deletérios sobre propostas de homogeneização de reivindicações circunscritas no plano nacional, o modelo teórico dicotômico para apreender o processo, eu penso, mostra-se aquém das possibilidades analíticas, no instante em que é incongruente com os mundos sociais que se delineiam acompanhando a extensão no país das formações metropolitanas, dotadas de vastas periferias: aí aonde se vão grassando mestiçagens que provocam novas e inusitadas composições. O viés dicotômico deixa de ir à direção da reticularidade ora proporcionada pelo modo como a intensificação dos fluxos penetra e revolve toda a geografia social, re-escalando propriedades agenciadas nas reciprocidades e inclinando as sociabilidades à adoção de outros parâmetros moral-normativos.

Retomo, então, minha suspeita de que a própria coalizão entre tradição nacional consistiu em um efeito às avessas na inserção de grupos subalternos nessas interdependências que maculam a soberania do Estado central e, também, complicam o fundo interpretativo daquele mesmo quadro de valores institucionalizados da nação. Pois entendo que o cerceamento das condições de uma esfera poliárquica e impessoal de visibilização das demandas, a qual serviria como arena e canal de informação do poder estatal sobre a diferenciação social das demandas por reconhecimento da auto-realização, é simultâneo às soluções dadas pelas facções su-

balternas ou encontrando possibilidades de deságüe público das suas expressões e do reconhecimento de estimas nos espaços constituídos pelas cenas das sociabilidades e solidariedades lúdico-artísticas historicamente situada no interstício entre a comercialização dos bens de lazer e diversão e a ideologia do nacional-popular, a exemplo do Carnaval e do futebol (Farias/2003), ou no aderir a alternativas dispostas nas margens da adstrição legal. O último aspecto me parece de crucial interesse pela proporção da sua atualidade e, no mesmo diapasão, alertam que a alteração ora em processo na imagem e na teoria do Brasil traz de modo inexorável a mudança nos contornos do arquétipo que orienta a compreensão dos pobres.

Tomo a liberdade de lançar mão de um exagero para fins didáticos: valho-me de estereótipos para sugerir que os traços cada vez mais distam da figura de disposições telúricas e vitais mas condescendente em sua inocência malandra, espécie de bom selvagem carnavalesco habitando um idílio tropical barroco composto de famílias extensas, guardiãs dos ritos personalistas e dadas às devoções sincréticas católico-africanas¹¹. Sobressaem, sempre mais, as expressões de um país heterogêneo, em que a unidade nacional é alucinada pelas descentralizações e desproporções sócio-culturais ensejadas na condição de sociedade urbano-industrial e de serviços, cujos cenários metropolitanos concentram 81% da população, de acordo com uma distribuição sócio-espacial em que há o majoritário predomínio das favelas e áreas suburbanas com baixo e irregular percentual de acesso às redes de saneamento básico, água potável, coleta e vazamento de lixo, dre-

¹¹ Na verdade faço um exagero a partir de tipificações expressas em personagens que habitam a literatura e os gêneros da cultura popular de massa, no curso do século XX. Sem dúvida, "Macunaíma" de Mário de Andrade é uma referência, mas também o são, entre outros de bastante popularidade: o papagaio "Zé Carioca" das revistas em quadrinho do grupo Walt Disney; o "Chingó", da peça *O Alto da Compadecida*, de Ariano Suassuna – recentemente vertida para a televisão e o cinema; o jogador de futebol "Gualhada" e o malandro "Azambuja", um e outro são criações do humorista de TV Chico Anísio. Ou, ainda, a dupla de atores-personagens, os inesquecíveis Oscarito e Grande Otelo, consagrados nos filmes da Atlântica.

nagem urbana e equipamentos de lazer, entre outras (Fonte: Atlas do Censo Demográfico-IBGE/2003)¹².

Teatros urbanos onde, transferida, é hoje encenada em cores bem mais berrantes a tragédia secular da discrepância da concentração de renda de mãos dadas ao soberbo estoque de pobreza¹³. Trama atualizada na questão da segurança pública urbana, com seus índices elevados de atentado à propriedade privada e de homicídio entre a população mas-

¹² Algumas estatísticas contribuem na descrição do retrato urbano-industrial e de serviços do Brasil e, uma vez mais, os levantamentos do IBGE são as fontes. De um lado se tem a diversificação da indústria e dos serviços, pois a amostra feita a partir de 16 mil artigos industriais e 3.200 comercializáveis pela Pesquisa Industrial Anual de Produto, entre 1979 e 1999, revela que os bens duráveis e não duráveis alcançaram melhor posição no ranking 20 produtos mais consumidos, em detrimento daqueles de menor beneficiamento industrial, de origem agropecuária. Resulta, então, que 93% das casas possuem luz elétrica, 87,4% rádio, 87% televisão, 83,2% geladeira ou freezer, 39% telefones, 32,7 automóveis e 10,6% computadores (IBGE/1999). Por outro, pela comparação das grandes regiões, o sistema de água chega 70,5% dos domicílios no Sudeste, 96,4% no Nordeste, 98,4% no Centro-Oeste, 9,4 no Norte e 98,5% no Sul. Entre os 5.507 municípios do país, 47,3% são atendidos por esgotamento sanitário. Quando avaliadas as diferenças por faixas de renda, os números são mais discrepantes: a rede de água chega a 99,6 das casas dos 10% mais ricos e a 53,6% dos 10% mais pobres; a rede de esgoto se distribui, seguindo igual tendência, entre os 69,7% dos 10% mais ricos e 30,2% dos 10% mais pobres (IBGE/2000). Ainda em termos da soma geral dos municípios no país, em levantamento realizado em 2000, 1.946 possuem livrarias, 1.474 museus, 1.384 teatros, 1.051 cinemas, 1.546 juizados de pequenas causas, 1.546 defesa civil, 356 delegacias de mulheres e 712 comissão de defesa do consumidor. Já as videolocadoras abragem 3.517 cidades, as lojas de cd, fitas e disco 1.895, as emissoras de rádios AM e FM estão em 3.216. Além disso, existem 26.900 conselhos voltados para temas como assistência social, educação, infância e adolescência, geração de emprego e salários, em 99% dos municípios (IBGE/2001).

¹³ De acordo com as consultorias norte-americanas Merrill Lynch e Cap Gemini & Young, o Brasil possui 75 mil investidores de alta renda, com algo em torno de US\$ de 1 bilhão aplicados em ativos financeiros (Gazeta Mercantil/12-06-2003). Segundo dados do IBGE, os 40% mais ricos tiveram sua renda média familiar acrescida de 7,7 para 11 salários mínimos, entre 1992 e 1999; já os 40% mais pobres a alteração foi irrisória, saindo de 0,4 para 0,5 salário mínimo (Gazeta Mercantil/5-04-2001). Ainda referido por dados do IBGE, divulgados em dezembro de 2002, dos aproximadamente 180 milhões de brasileiros, 31,6% vive com meio salário mínimo e aí se concentra a maioria dos 13% de analfabetos absolutos da população nacional.

culina jovem envolvida em crimes¹⁴. Escudado novamente em um exa-
gero, diria que se redesenha as concepções dos pobres brasileiros pelo
dueto brutalidade e hedonismo, traçando os contornos de um bárbaro
lúbrico com propensões individualistas. Mas ele é pressionado pelo en-
contro da precariedade cotidiana com os trânsitos eletrônicos (televisuais
e acústicos) dos signos do conforto flutuando entre os vãos das tão
vastamente amontoadas quanto abafadas arquiteturas periféricas de
alvenaria, concreto e esquadrias de alumínio. Paisagens que, na
contrapartida de macular o sonho-imagem do continente virginal¹⁵,
são babeis atormentadas pelo entrecruzar de vozes intransigentes na
tenacidade de fazer prevalecer narrativas de correção da história étni-
co-racial diante de tamanhas desigualdades sofridas por negros índios.
E, ainda, consistem em arenas aos enfrentamentos em um mercado de
serviços religiosos diferenciados prestados por agentes belicosos, mui-
tos evocando a intolerância contra a liberdade de culto (Pierucci/1996,p.
275-85)¹⁶. Deixando de lado as hipérboles, podemos concluir estarem as

¹⁴ Os números contidos no documento Tábua da Vida do IBGE, divulgado em dezembro de 2002, aponta que a mortalidade masculina, no segmento etário dos 20 aos 29 anos, é três vezes mais do que a feminina e tem nos homicídios a sua maior concentração de casos. Já o mapeamento conjunto realizado pelo Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da UERJ e pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, também em 2002, mostra que cada grupo de quatro jovens homens na faixa compreendida entre 10 e 19 anos, moradores de favelas cariocas, participa do tráfico de drogas. Desses, o percentual dos que possuem vínculo regular empregatício atinge apenas 7%.

¹⁵ Reconhecido como detentor de uma dos maiores patrimônios eco-ambientais do planeta, o Brasil também é permanentemente acusado por depredar sua biodiversidade. E um dos ícones do estrago é apontado, justamente, na expansão da fronteira agrícola à oeste - o cerrado -, ocupando os sertões com o cultivo de grãos em obediência à lógica da lucratividade pelos empresários do agro-negócio.

¹⁶ Diria que o deslocamento na tônica posta na imagem do país e dos pobres se pronuncia em reportagens jornalistas editadas na Europa e nos Estados Unidos, na última década, focando o Brasil como um vasto e triste encontro de miséria, corrupção e violência. E até mesmo o sucesso atingido no mercado editorial nacional de livros em formato de reportagens assinados por jornalistas policiais, em que são focadas as biografias de lideranças do crime ou a trajetórias de organizações criminosas, à maneira do comando vermelho. Mas creio que o melhor termômetro são os filmes mais recentes produzidos no próprio país e, entre esses, o mais revelador é o êxito obtido pelo filme *Cidade de Deus* no flanco interno e sua razoável repercussão internacional.

mesmas periferias assombradas por degradação ambiental, armas de fogo, grupos de extermínio, hordas de jovens desocupados atraídos para o comércio de drogas e o apelo aos modismos estilizando a exposição pública da intimidade e de novas referências ao controle e canalização dos impulsos corporais. Formas e situações que fragilizam modalidades próprias de participação comunitário-familiar, civil e republicana desenvolvidas ao longo dos dois últimos séculos, por diferentes áreas dos setores subalternos brasileiros – associações de moradores, grêmios recreativos, irmandades religiosas, entre outras.

O remanejamento nas imagens do país e na compreensão da pobreza, além de dá conta do ingresso na composição da opinião pública de outros ingredientes normativos com a interpelação de novos intermediários e canais, é interessante justamente porque chama a atenção a alguns traços indicativos da expansão direta e indireta dos conjuntos metropolitanos no país. Alteração dos esquemas de compreensão coletiva que, ao repercutir uma polissemia de vozes em disputa pelo acesso aos fóruns de visibilização seja das suas reivindicações para o atendimento da auto-satisfação seja com o objetivo de obter legitimidade à sua narrativa e se fazer sujeito de imputação de sentido, descortina outras modalidades de integração/exclusão e sínteses sociais dotadas de estímulos valorativos que complicam a hegemonia do fundo interpretativo da tradição nacional.

Deste modo, perguntaria se o distanciamento descrito por Iglecias de fato ocorre, caso venhamos considerar, por exemplo, a produção, distribuição e consumo de narcóticos – à maneira da cocaína. Ora, as favelas paulistanas e cariocas estão sob esse aspecto contíguas, pela mediação da prestação de serviços, aos nichos onde hoje estão concentrados os segmentos articulados à ponta da acumulação do capital. Ou seja, as áreas de implemento e consumo dos bens do setor terciário majoritariamente alocados no sudoeste paulistano e no seu congêneres de menor escala situado à Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Deste modo, o alto gabarito de brutalidade que envolve as atividades criminosas nas áreas carentes e são traduzidas nas canções do *funk* e do *hit pop*, além de outras sociabilidades de diversão de jovens cujos relatos absorvem sentido na violência como um mito e um horizonte hermenêutico (Farias/2004), não estaria na contrapartida da ambiência

da especulação e do espetáculo das classes médias incluídas no esquema informacional? Contabilizando, para tanto, a rede de interdependências funcionais que relaciona as hordas de meninos contratados pelas facções criminosas nas duas cidades às redes de intermediários que comercializam armas, em uma interface tanto com as indústrias armamentistas norte-americanas, britânicas e israelenses quanto com o sistema financeiro e, ainda, com países em que há infiltração de grupos do narcotráfico nas instâncias governamentais. Para não falar das máfias ocupadas com novas piratarías, tais como: tráfico de biodiversidades, de informações digitalizadas e de acessórios de informática utilizados, por exemplo, na montagem de jogos eletrônicos.

Figuras de integração de relações sociais estas que no estabelecimento de funcionalidades vicejam, na experiência da periferia da cidade de Salvador, atualmente, acordos tácitos entre terreiros de candomblé e organizações não-governamentais, mas também com novas modalidades de mandonismos com seus esquemas de dádivas, financiando grupos musicais e jogos lotéricos popularescos, mas igualmente vinculados ao comércio de drogas e armas. Poderíamos especular o mesmo sobre as redes de meninas e meninos prostituídos nas áreas litorâneas do Nordeste brasileiro, interligados nas zonas de diversão em que as políticas públicas locais, regionais e nacionais definem áreas temáticas turísticas em observância das retóricas desenvolvimentistas de instituições multilaterais que mapeiam as direções dos investimentos globalizados. Ou, também, do tipo de prestação de serviços de diversão de lazer que hoje coliga folguedos da cultura popular e entretenimento no país. É preciso, ainda, considerar como a profissionalização dos intermediários da comunicação e informação (inseridos no mercado de bens simbólicos ampliados) penetra e é mutuamente interpelada pela recomposição de matrizes culturais populares e suas fórmulas de sociabilidade, já agora reflexionadas pelos insumos da disseminação de modelos ideológicos provenientes de distintas partes do mundo e pela lógica da exposição da mercadoria cultural tanto em seus aportes miméticos como organizacionais. As decorrentes re-significações da memória e os revolvimentos da história constroem não apenas as versões oficiais da formação nacional; advogam-se enquanto novas pautas à satisfação

das estimas e, como alternativas, irão concorrer principalmente nos formatos das linguagens musicais e audiovisuais nos circuitos cosmopolitas das diferenças em luta pelo privilégio de referir estilos de vida mundo afora (Farias/2003a e 2004a).

Nesse sentido, insisto em ser preciso considerar na reorientação da idéia de Brasil o modo como a díade sociedade-nação e tradição nacional no Brasil deixa pistas para compreensão dos encaminhamentos dados atualmente às maneiras como pobreza e os termos do ambiente da globalidade estão plasmando específicas formas sócio-culturais. Como Alba Zaluar sublinha, a privação simbólica de bens da cultura de consumo global, propalada pelas mídias como habilitados a sustentar tanto determinada “posição hierárquica quanto uma identidade através de um estilo”, é um forte vetor na redefinição da pobreza. Somado o ingresso destas aspirações do consumo com a “fraqueza institucional”, no tocante ao controle pelos instrumentos legais da impunidade aos abusos de policiais tendo por alvo pessoas pobres e da corrupção que contribui para as injunções do crime internacionalmente organizado no interior dos aparelhos estatais de vigilância e justiça, de acordo ainda com a antropóloga, o que se pavimenta é um novo caminho a muitas das práticas sociais incongruentes com as prerrogativas da civilidade em última instância assegurada pelo domínio geopolítico do Estado-nação. Sobretudo entre jovens pobres são salientadas atitudes brutais ancoradas no entrecruzamento de valores do prazer e do poder bélico. A autora adverte para reavaliações teórico-analíticas e políticas na discussão e enfrentamento do tema da vulnerabilidade social no país:

Não há como negar a necessidade de se entender essa onda recente de violência não apenas como efeito ideológico das camadas culturais da violência costumeira no Brasil, mas também dentro de um panorama do crime organizado internacionalmente, do crime também ele globalizado, com características econômicas, políticas e culturais *sui generis*, sem perder algo do velho capitalismo da busca desenfreada do lucro a qualquer preço. A necessidade de estender a análise para fora das fronteiras nacionais, no caso do estudo da sociedade criminosa, ou seja, daqueles que optam por viver nem sempre como fora-da-lei, mas

numa mistura peculiar de negócios legais e ilegais, não pode ser negada diante das evidências. A imagem do menino favelado com o fuzil AR 15 ou com a metralhadora UZI na mão, as quais considera como símbolo de virilidade e fonte de grande poder local, com um boné inspirado no movimento negro da América do Norte, ouvindo música funk, cheirando cocaína produzida na Colômbia, ansiando por um tênis Nike do último tipo e um carro do ano não pode ser explicada, para simplificar a questão, pelo nível de salário mínimo ou pelo desemprego crescente no Brasil, tampouco pela violência costumeira do sertão nordestino. Quem levou até eles esses instrumentos do seu poder e prazer, por um lado, e quem e como se estabeleceram e continuam sendo reforçados nele os valores que o impulsionam à ação na busca irrefreável do prazer e do poder, por outro, são obviamente questões que independem do salário mínimo. (Zaluar/1997, p.18 - em itálico no original).

Porém, o que sobressai em muitas das práticas e instituições associadas às imagens e compreensão dos estilos de vida da pobreza metropolitana são texturas indicativas da inscrição de, em detrimento de outras, seções dos “derrotados” da epopéia nacional em articulações pós-nacionais, as quais foram suscitadas pelos movimentos das modernizações ativados no curso da própria sociedade-nação. Mas aqueles o fazem na medida em que estão dispostos em encadeamentos inter-geracionais que, nas suas formatações ambíguas, melindram a moralidade da grande tradição de miscigenação brasileira, isto é, põem em dúvida a razão da narrativa em torno da qual se forjou o consenso de uma identidade política abrangente. Concluiria que as dificuldades contemporâneas do nacional em se manter como uma narrativa hegemônica, é verdade, advém do fato de que as constelações e processos pós-nacionais correspondem aos contextos e ambivalências da multiplicidade e polifonia de narrativas de gênero, geração, étnico-raciais e regionais ambientadas na infra-estrutura informacional-comunicativa e concorrendo sob égide do mercado da etnicidade, tendo por núcleos os circuitos financeiros e de serviços da economia globalizada capitaneadas pela rede nuançada de metrópoles globais (Sassen/2002-03, p. 15-19). Todavia, a experiência brasileira sumarizada nesta comunicação nos permite su-

por que as desnacionalizações – creio – são patamares de mudanças em escala planetária geradas na coalizão não programada entre as vicissitudes do próprio advento dos concertos nacionais e do sistema da economia-mundo capitalista, ao longo dos séculos XIX e XX. Tais desenvolvimentos desenharam tendências neste início de milênio para além do enfrentamento capital versus trabalho, mas com acento no modo como as performances e estilizações das estimas entram numa concordância com as prerrogativas da sociedade de consumidores. Ai o comércio de signos e a ludicidade são valorados na contrapartida da geração de disposições de práticas (e também estratégias) devotadas à elaboração e à re-significação de identidades. Porque estas compactuam, sempre mais, com a institucionalização tanto do quadro de valores quanto de grades classificatórias delineadas na esteira da distribuição de retenções várias que propiciem desvios diferenciais e, logo, os níveis de integração e exclusão sociais envolvem pessoas e grupos pelo viés do grau de acesso a bens e serviços inscritos na lógica mercantil.

Entendo, enfim, que a escuta de uma tradição nacional constitui um importante ponto de partida de pesquisas que visem as condições contemporâneas, pois tais exercícios étnico-históricos poderão nos conduzir à compreensão das texturas do presente, com seus formatos e linguagens. Para isso, atentando a outras estratégias e táticas na constituição de fórmulas de entendimento ou se voltando ao desvelo de fontes de imputação de vontade subjacente a mecanismos de ordenação cada vez mais legitimados, os quais estão na contrapartida de alternativas de resistências e reposicionamentos de indivíduos e grupos frente a tais faces da dominação. Não se trata, portanto, do tratamento estrito de temas tendo a nação por finalidade, mas de tomar a sociedade-nação como um rico laboratório onde hoje são experimentados novos sentidos às formas sociais humanas. Cabendo ao sociólogo decantar nos índices arrolados na cotidianidade modos de estruturação da realidade dotados de configuração própria. Numa espécie de homologia isomórfica com os mundos sociais estudados, para o artesanato sociológico implica em estar sintonizado justamente com a atividade de decantação empírico-conceitual e, assim, realizar sínteses experimentais de novos meios de interpretação e análise a respeito dessas manufaturas contemporâneas da compreensão sócio-humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Benedict (1987). **Nação e Consciência Nacional**. SP: Ática.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. (2001). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. RJ: Contraponto e UFRJ.

AVELINO FILHO, George (1994). **Clientelismo e Política no Brasil: Re-visitando Problemas**. Novos Estudos Cebrap, n. 28, março.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2000). **O Feudo: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da Conquista dos Sertões à Independência do Brasil**. RJ: Civilização Brasileira.

BHABHA, Homi K. (1990). **Introduction: narrating the nation in: Nation and Narration**. London e New York: Routledge.

BREULLY, John (2000). **Abordagens do nacionalismo in Gopal Balakrishnan**. (org.): Um Mapa da Questão Nacional. RJ: Contraponto.

CARDOSO JR., José Celso (2001). **Crise e Desregulação do Trabalho no Brasil**. Tempo Social, n. 13 v. 02, novembro.

CARVALHO, José Murilo de (2003). **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial. Teatro de Sombras: A Política Imperial**. RJ: Civilização Brasileira.

CASTELLS, Manuel (1999). **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**, v. 1 e 2. SP: Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel (1999). **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**, v. 2. SP: Paz e Terra.

CHAUI, Marilena (2000). **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. SP: Fundação Perseu Abramo.

CHIARAMONTE, José Carlos (2003). **Metamorfoses do Conceito de Nação Durante os Séculos XVII e XVIII** In: István Jancsó (org.): **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. SP: Hucitec/Fapesp; Ijuí (RS): Unijuí.

COSTA, Wilma Peres (1996). *A Economia Mercantil Escravista e a Formação do Estado Nacional Brasileiro* In: Tamás Szmrecsány & José Roberto do Amaral Lapa (orgs.): **História Econômica da Independência e do Império**. SP: Hucitec.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (2001). **Uma História Social do Carnaval Carioca entre 1870 e 1920**. SP: Cia das Letras.

DA MATTA, Roberto (1997). **Carnavais, Malandros e Heróis**. RJ: Jorge Zahar Editor.

_____ (2000). **A Casa e a Rua**. RJ: Rocco, 2000.

EISENSTADT, Shmuel Noah (1991). **A Dinâmica das Civilizações (Tradição e Modernidade)**. Lisboa: Cosmos.

ELIAS, Norbert (1993). **O Processo Civilizador**. v. II. RJ: Jorge Zahar Editor.

_____ (1997). **Os Alemães: a Luta pelo Poder e a Evolução do Habitus nos Séculos XIX e XX**. RJ: Jorge Zahar Editor.

FARIAS, Edson (2001). **Ócio e Negócio: Festas Populares e Entretenimento Turismo no Brasil**. Campinas (SP): Tese de Doutorado em Ciências Sociais/IFCH-Unicamp.

_____ (2003). **Carnaval Carioca: A Matriz do Negócio do Ócio Brasileiro** Cadernos CRH, n. 38, jun./julho.

_____ (2003a) Re-significações da Memória Popular. Comunicação Apresentada 51 Congresso Internacional de Americanistas, Santiago do Chile: julho (CD-ROOM).

_____ (2004). **Bate-Bolas e 'Rodadões': Ambigüidade nas Performances das Turmas de Clóvis no Carnaval Carioca** In: PROENÇA, Rogério (org.): XI Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais. Aracaju (CD-ROM).

_____ (2004a). Re-traditionalização ou Re-significação de Tradições? In: João Gabriel L. C. Teixeira, Marcus Vinicius Carvalho Garcia e Rita Gusmão (orgs.): **Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e Re-Traditionização**. Brasília (DF): ICS-UnB.

FERREIRA, Jorge (2001). "O Nome e a Coisa: o Populismo na Política Brasileira" In: Jorge (Ferreira): **O Populismo e sua História: Debate e Crítica**. RJ: Civilização Brasileira.

FREYRE, Gilberto (2001). **Interpretação do Brasil**. SP: Cia das Letras, 2001.

FRY, Peter. **Para Inglês Ver : identidade e Política na Cultura Brasileira**. RJ: Zahar Editores.

GADAMER, Hans-Georg (1997). **Verdade e Método. Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica**. Petrópolis (RJ): Vozes.

GREENFELD, Liah (1992). **Nationalism: Five Roads to Modernity**. Cambridge Mass: Havard University Press.

GIDDENS, Anthony (2001). **O Estado-nação e a Violência**. SP: Edusp.

GOMES, Ângela de Castro (1999). **Essa Gente do Rio**. RJ: Fundação Getúlio Vargas.

HABERMAS, Jürgen (2001). **A Constelação Pós-nacional**. SP: Literatura Mundi.

HERZOG, Tamar (2003). "Identidades Modernas: Estado, Comunidade e Nação no Império Hispânico" In: István Jancsó (org.): **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. SP: Hucitec/Fapesp; Ijuí (RS): Unijuí.

HERSCHMANN, Micael (2000). **O Funk e o Hip-Hop Invadem a Cena**. RJ: UFRJ.

HOBSBAWN, Eric (1989). **Nação e Nacionalismo desde 1789**. RJ: Paz e Terra.

_____ e Ranger, Terence (1997). **A Invenção das Tradições**. RJ: Paz e Terra.

HROCH, Miroslav (2000). "Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa" in Gopal Balakrishnan (org.): **Um Mapa da Questão Nacional**. RJ: Contraponto.

IGLECIAS, Wagner (2002). **Impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica**. RBCS, v. 17 n. 50, outubro.

JANCSÓ, István (1996) "A Construção dos Estados Nacionais na América Latina - Apontamentos para o Estudo do Império como Projeto" In: Tamás Szmrecsány & José Roberto do Amaral Lapa (orgs.): **História Econômica da Independência e do Império**. SP: Hucitec.

_____; PIMENTA, João Paulo Garrido (2000). "Peças de um Mosaico: Apontamentos para o Estudo da Unidade Nacional Brasileira" In: Carlos Guilherme Mota (org.): **Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000). Formação: Histórias**. SP: Senac.

LEVÍ-STRAUSS, Claude (1985). **Antropologia Estrutural I**. RJ: Tempo Brasileiro.

MAUSS, Marcel (1972). "A Nação" in: **Sociedad y Ciencias Sociales**. Barcelona: Barral Editores.

MORAES FILHO, Mello (1979). **Festas e Tradições Populares no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia.

ORTIZ, Renato (1984). **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. SP: Brasiliense.

PANFICHI, Aldo e CHIRINOS, Paula Valéria Muñoz (2002). "Sociedade Civil e Governabilidade Democrática nos Andes e no Cone Sul: Uma Visão Panorâmica na Entrada do Século XXI" in: Evelina Dagnino (org.): **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. SP: Paz e Terra.

PIERUCCI, Antônio Flávio (1996). "Liberdade de Cultos na Sociedade de Serviços" In: Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi (orgs.): **A Realidade Social das Religiões no Brasil**. SP: Hucitec.

POCHMANN, Márcio (2002). **O Emprego na Globalização: A nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil Escolheu**. SP: Boitempo.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1992). **Carnaval Brasileiro: o Vivido e o Mito**. SP: Brasiliense.

RENAN, Ernesto (1983). **Que es una Nacion?** Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.

SANTIAGO, Silviano (2002). **Fechado para Balanço**. RJ: Rocco.

SASSEN, Saskia (2002-3) **Globalization or Denationalization?** Social Science Research Council: Items & Issues, v. 4 n. 1, Winter.

SCHWARCZ, Lílían Moritz (1993). **O Espetáculo das Raças (Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil: 1870-1930)**. SP: Cia das Letras.

SMITH, Anthony D. (1993). **The Ethnic Origins of Nations**. London: Blackwell.

SOUZA, Jessé (2003). **A Construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte: UFMG; RJ: IUPERJ.

TURNER, Victor (1982). **From Ritual to Theatre (The Human Seriousness of Play)**. New York: Paj Publications.

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica (1999). **Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento Social e na Literatura**. RJ e SP: Paz e Terra.

WEBER, Max (2000). **Economia e Sociedade**. v. II. Brasília: UnB.

ZALUAR, Alba (1997). **Exclusão e Políticas Públicas: Dilemas Teóricos e Alternativas Políticas**. RBCS, v. 12 n.35, fevereiro.